

NEGAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS: As reações ao politicamente correto entre apoiadores de Bolsonaro e Haddad no período eleitoral de 2018¹

DENIAL AND RECOGNITION OF DIFFERENCES: Reactions to the political correctness between supporters of Bolsonaro and Haddad in the 2018 election period

Bruna Silveira²
Rousiley C. M. Maia³

Resumo: *O presente artigo tem como objetivo compreender o vínculo existente entre o mal-estar em relação à linguagem politicamente correta e a negação das diferenças históricas e sociais de diversas identidades. A partir do contexto eleitoral brasileiro, o artigo explora as batalhas que estão atreladas a tal regulação discursiva, de diversas origens e com efeitos diferenciados na esfera pública. Por meio de análises de conteúdo de 2.609 comentários nas páginas de Facebook de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e Fernando Haddad (PT), os principais achados indicam que os apoiadores de Bolsonaro, em sua maioria, atacam o politicamente correto e negam as diferenças entre grupos identitários, enquanto os defensores de Haddad defendem a regulação da linguagem e reconhecem esses conflitos. Nossos resultados apontam que as críticas ao politicamente correto que negam as problemáticas são particularmente tóxicas à democracia.*

Palavras-Chave: *Aversão ao politicamente correto; negação das diferenças, eleições 2018.*

Abstract: *This article aims to understand the link between the aversion addressed to politically correct language and the denial of historical and social differences of identarian groups. Focusing on the Brazilian electoral context, the article explores the battles related to such discursive regulation, having diverse origins and different effects on the public sphere. Based on content analysis of 2.609 comments in the Facebook pages of Jair Bolsonaro (ex-PSL) and Fernando Haddad (PT), the main findings indicate that most of Bolsonaro supporters attack the politically correct and deny the differences between identity groups, while Haddad's supporters defend the regulation of language and recognize these conflicts. Our results indicate that the criticisms of the politically correct that denial of problems are particularly toxic to democracy.*

Keywords: *Aversion to the political correctness; denial of differences; elections 2018.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (PPGCOM UFMG), membro do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME), bsilveira9@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (PPGCOM UFMG) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME), Doutora em Ciência Política (University of Nottingham), rousiley@gmail.com

1. Introdução

"Aqui no Brasil não existe isso de racismo.", afirmou⁴ Bolsonaro, meses antes de ser eleito o chefe do executivo do país. A recusa de reconhecer as desigualdades sociais e as distintas formas de exclusão, estigmatização e exploração como problemas coletivos acarretam na também impossibilidade de discutir e criar soluções para essas desigualdades. Não falar sobre o problema, negar o racismo estrutural, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, entre tantas outras pautas identitárias ocorre, muitas vezes, sob o ataque à regulação discursiva e o desprezo pelo chamado "politicamente correto" (PC).

Examinamos, neste artigo, a relação existente entre a negação dos conflitos sociais e a regulação discursiva, no caso da correção da linguagem com o intuito de respeitar normas sociais atinentes às reivindicações de identidades. Aqui, entendemos a regulação discursiva como um alinhamento não-estatal baseado em acordos sociais de convivência; trata-se de uma ação social que tem agido para ajustar a própria sociedade. A indisposição quanto à regulação da linguagem possui diferentes origens e o politicamente correto é atacado por diversos alvos, conforme explicam alguns autores (RAJAGOPALAN, 2000; RAMOS, 2017). Assim sendo, a relação entre o ataque ao PC e a negação das problemáticas nem sempre é direta ou necessária. Além disso, a aversão à regulação discursiva se manifesta de modo distinto na sociedade eticamente pluralista. Dada a dificuldade de se apreender espectros político-ideológicos deste fenômeno, o presente artigo focaliza o período eleitoral de 2018, destacando a polarização política entre os adeptos de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que mobilizou a cultura do politicamente incorreto (DI CARLO & KAMRADT, 2018) e de Fernando Haddad (PT), que se apresentou como um defensor dos direitos humanos (SANTA INÊS et al., 2019). A fim de desenvolver uma análise de conteúdo comparativa entre os comentários indispostos à regulação discursiva (BARDIN, 1994; NEUENDORF, 2002), consideramos uma amostra representativa, composta por 2.609 comentários e respostas nas páginas de Facebook dos candidatos em questão, durante o período de propaganda eleitoral oficial, de 16 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018.

2. Aversão ao politicamente correto

⁴ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/no-dia-em-que-e-derrotado-na-pgr-bolsonaro-diz-que-nao-existe-racismo-no-brasil-1.1863223>. Acesso em: 09 nov. 2019.

“Hoje em dia não pode falar nada que já tem mimimi interpretando mal!”⁵. Assiste-se a uma aversão aos princípios do politicamente correto e argumentos como este são cada vez mais acionados para contestar esforços de correção da linguagem. Cabe aqui destacar o que chamamos de PC. O conceito é alvo de disputas, tanto discursivas quanto sociais. Para nossos propósitos, focalizamos na abordagem política do seu significado. Ser politicamente correto sinaliza respeitar e conviver com a pluralidade, e adaptar a forma discursiva e comportamental, a fim de considerar as diversas identidades que coexistem na esfera pública. Diversos autores (HALL, 1994; HERZOGENRATH-AMELUNG, 2016; RAMOS, 2017; RAJAGOPALAN, 2000) se debruçaram sobre os embates que envolvem a questão do PC, no que tange a eficácia ou não do seu emprego, bem como a sua relação com as liberdades individuais e coletivas.

O politicamente incorreto, por seu caráter sedutor, humorístico, e de aversão da ordem normativa, tem ganhado cada vez mais adesão. Seu enaltecimento é visto de diversas formas na sociedade, como, por exemplo, nos comentários do humorista Danilo Gentili, conhecido por suas piadas de repúdio aos direitos humanos (DH). Além disso, em 2009, Leandro Narloch lançou o Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil. O livro traz negações de diversas afirmações que compõem a história do país. Foram lançadas, ainda, diversas continuações da obra, descrevendo a história politicamente incorreta de áreas como filosofia, economia, esporte, política, entre outras.

No artigo, interessa-nos examinar a aversão ao PC que carrega consigo a negação das diferenças, e, assim, busca retirar as discussões das agendas políticas e públicas. Segundo Rajagopalan (2000, p.93), “a linguagem ‘politicamente correta’ tem sido alvo de críticas acirradas advindas de todos os lados”. De acordo com o autor, certos grupos intelectuais da esquerda acreditam que a linguagem politicamente correta é uma manobra para maquiagem a realidade existente. E, os que simpatizam com os ideais conservadores, se mostram igualmente insatisfeitos por terem que utilizar uma linguagem politicamente correta. Para Hall (1994), muito do que se passa por PC é, na prática, uma deformação de uma nova configuração política. Contudo, em vez de entender as forças e ideias que realmente a produziram, tenta conduzir novas lutas com armas antigas.

A mudança da linguagem comum pode significar um desempenho importante na transformação de atitudes e crenças que impedem uma mudança social mais significativa

⁵ Comentário retirado da coleta de dados.

(STRAUTS & BLANTON, 2015). Strauts e Blanton (ibid) apontam que, se a reforma da linguagem for suficiente para a promoção da tolerância, então a reação contra esta reforma (o posicionamento contrário ao PC) poderia viabilizar atitudes e crenças menos tolerantes. Para Newfield (1993), a resposta moderada ao PC espelhou o axioma da direita de que a livre circulação de ideias foi assediada pelos efeitos repressivos das agendas políticas.

Para Ramos (2017), há duas vertentes de oposição ao PC: uma delas, de cunho conservador, acredita que tal posicionamento vigilante visa denunciar contextos classistas, racistas e sexistas, inexistentes em nossa realidade. Outra, de caráter progressista, vê a temática como artifício que deixa a realidade intacta, sem o objetivo de a converter em um mundo mais justo e igualitário.

Na teoria do *cultural backlash* de Pippa Norris e Richard Inglehart (2019), a virada conservadora, ao promover uma “revolução silenciosa de valores”, fortalece o discurso que se opõe à diversidade social. Com base nos pensamentos dos autores, consideramos que a recusa de se tratar os conflitos sociais em esfera pública tem como consequência a aversão à linguagem politicamente correta, a fim de se respeitar as diversas identidades. Por isso, partimos da hipótese de que as pessoas que negam as diferenças históricas, sociais, políticas e econômicas das diversas identidades sejam mais contrárias à regulação discursiva em comparação àquelas que reconhecem essas diferenças.

3. O mal-estar da regulação discursiva num contexto polarizado

A polarização das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, causada pelo protagonismo de candidatos com visões e agendas políticas opostas, é alvo de muitos estudos (BAPTISTA et al., 2018; CHUERI, 2018; ABRANCHES, 2019). Contudo, não podemos tomar a polarização como o único fator relevante para explicar as últimas eleições, nem mesmo assumir que o uso inovador das plataformas de mídias sociais foi exclusivamente responsável pelo resultado das urnas de 2018. Foram diversos os processos que confluíram na contestação da corrupção, no antipetismo, na ansiedade mobilizada das classes médias, na ascensão da direita conservadora e na inserção das pautas identitárias. Esther Solano (2019, p.319) aponta que a eleição de 2018 foi pautada pelos seguintes fatos: “a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o anti-intelectualismo”. Ademais, a persuasão inevitável do populismo, o desmonte da credibilidade da educação, a discussão entre

o que é verdade, e qual verdade é válida, constituem um pano de fundo importante para compreendermos o fenômeno eleitoral (AVRITZER, 2019; NORRIS & INGLEHART, 2019; MIGUEL, 2018; MOUNK, 2019). Entre esses fenômenos que contribuem para a corrosão da democracia, interessa-nos destacar a reestruturação da esfera pública, já que tanto os representantes políticos quanto os cidadãos têm se posicionado, em certa medida, de maneira contrária aos processos democráticos de inclusão e debate sobre as diferenças.

O mal-estar da regulação discursiva aqui é entendido como a indisposição para a adequação de uma linguagem respeitosa às diversas identidades. Este crescente enaltecimento do politicamente incorreto, segundo Di Carlo e Kamradt (2018), no Brasil, é apropriado por aqueles que não respeitam as minorias. A nova direita, de acordo com os autores, apresenta uma visão específica sobre a história do país, e busca “negar toda violência praticada contra os negros, quando a escravidão vigorava, e contra os opositores, na época da ditadura militar.” (p.57). Tal revisionismo histórico de negação das agendas das minorias procura barrar as legislações específicas que as protegem das assimetrias sociais. Sendo assim, ainda de acordo com os autores, essa cosmovisão determina uma forma de exercer o poder político, o que põe em risco o processo democrático no país.

O ataque direto ao campo progressista também diz respeito ao ataque às pautas identitárias, e, segundo Solano (2019, p.318): “É a revolta do homem branco heterossexual que enxerga privilégios demais nas lutas identitárias.”. Ainda se tratando do Brasil, segundo Soares (1998, apud SCABIN, 2018) há entre as elites o acordo de rejeição ao PC, já que consideram que o fenômeno, além de cercear o humor e a espontaneidade, é uma expressão puritana que intenciona arquitetar uma sociedade artificialmente uniforme, e tenta anular as diferenças, por meio da normatização de comportamentos já aceitos.

A aversão à regulação discursiva não é homogênea na sociedade, sendo assim, propomos olhar para essa aversão analisando os adeptos aos ideais de Bolsonaro e de Haddad. Baseamos no fato de que Jair Bolsonaro foi um candidato que mobilizou a cultura do politicamente incorreto (DI CARLO & KAMRADT, 2018). Ainda enquanto pré-candidato à Presidência da República, Bolsonaro já se revelava crítico ao PC. Para ele, a questão do ódio não é uma problemática no país, e o PC deve ser excluído das agendas de preocupação, assim como o “mimimi”⁶.

⁶ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mencoes-a-esquerda-seguranca-e-fim-do-mimimi-chamam-a-atencao-no-discurso-de-bolsonaro,70002668775>. Acesso em: 07 ago. 2019.

No meu tempo de moleque, chamava você de gordinho, quatro olhos, não tinha problema nenhum. [...] Hoje, o gordinho virou mariquinha. Vamos acabar com essa frescura. Isso não é o problema do Brasil. [...] Essa questão de ódio é secundária”. (BOLSONARO, 2018)⁷

Além disso, Bolsonaro, em seu discurso de posse da Presidência em 2019, “definiu os direitos humanos como uma ‘ideologia que descriminaliza bandidos, pune policiais e destrói famílias’”. (SILVA, 2019, p.134). Em comparação a ele, Haddad apresentou⁸, em sua campanha, propostas diferentes para os DH. Haddad destacou a necessidade de assegurar avanços no campo social, e, em seu plano de governo, pontuou que se iniciaria um novo período histórico de afirmação de direitos. O político salientou no material que mulheres e negros, duas maiorias da população brasileira, são grandes alvos na atual crise do país, e, neste sentido, afirmou que o combate ao racismo e ao machismo seria estratégico para a construção de uma democracia mais assertiva. O professor ainda deixou clara sua intenção de implementar uma conferência nacional popular de DH, com o intuito de incluir e promover os direitos de todos os setores que lutam – “as juventudes, a população LGBTI+, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos do campo, das florestas e das águas.” (PLANO DE GOVERNO HADDAD, p.7).

A partir dessas considerações, apresentamos a nossa primeira hipótese:

H1: Os apoiadores de Jair Bolsonaro serão mais propensos a atacar a regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad serão mais propensos a defender a regulação discursiva.

4. A esfera pública e a negação das desigualdades como problemas de interesse público

Caracterizada como o espaço onde os assuntos públicos são articulados e debatidos pelos sujeitos privados e públicos, a esfera pública está diretamente ligada à formação de opiniões. A cultura do politicamente incorreto, seja ela acionada pela defesa da liberdade de expressão, seja pela negação das diferenças, provoca um tensionamento na convivência entre os indivíduos para processar conflitos na esfera pública. Isto implica em dizer que a noção do que as pessoas têm sobre o politicamente incorreto e o correto interfere no modo de lidar com

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/hoje-o-gordinho-virou-mariquinha-diz-bolsonaro-ao-criticar-politicamente-correto.shtml#>. Acesso em: 07 ago. 2019.

⁸ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-e-haddad-tem-propostas-antagonicas-para-direitos-humanos>. Acesso em: 07 ago. 2019.

os desacordos. Para se compreender de maneira mais detalhada a dinâmica da formação da opinião pública, se faz necessária a distinção entre processos de formação da opinião pública e processos de tomada de decisão nas instâncias formais do sistema político (HABERMAS, 2002; MAIA, 2002, 2006). Idealmente, a esfera pública, enquanto espaço aberto para debate de problemas e conflitos sociais requer que as desigualdades sejam colocadas como centrais na problematização do debate público (HABERMAS, 2002, 2014; FRASER, 1992, 1999). Assim, lidar com o desacordo de modo democrático requer uma sensibilização para as diferenças, no lugar de sua negação. “A responsabilização solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao ‘nós’ flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas”. (HABERMAS, 2002, p.7). A democracia deve se dirigir rumo à inclusão do outro. Tal argumento habermasiano contra a exclusão sistemática se refere a uma inclusão, independente da procedência cultural ou de distintos eixos de diferença entre os cidadãos, em que as fronteiras da comunidade estejam abertas a todos, sobretudo, àqueles colocados à margem. Para o autor, a reforma judiciária, tendo como base o direito moderno, construiu instituições públicas que se apoiam em artifícios morais mais complexos, tornando possível o estabelecimento de relações de respeito entre os sujeitos discordantes. Como atualmente se assiste a uma virada conservadora, tanto na esfera governamental quanto na esfera civil (AVRITZER, 2019; NORRIS & INGLEHART, 2019; MIGUEL, 2018), interessa-nos destacar que o PC se vale da dimensão normativa da democracia baseada no ideal igualitário e na eliminação das barreiras de classe, sexuais e raciais. Segundo Choi e Murphy, “o que suporta o politicamente correto é a política das diferenças.” (ibid, 1992, p.131 – tradução da autora⁹). Para os autores, a democracia real só existe quando as dissidências são fomentadas, as diferenças de opiniões são ancoradas e quando as propostas são resolvidas por meio do debate livre e aberto (ibid, 1992).

Diante da falta de poder conferida às vozes dos agentes que sofrem discriminação no tecido social – mulheres, negros e negras, população LGBTQI+, indígenas, entre outros – não se pode discutir sobre as formas de opressão a partir do viés de que há igualdade de acesso à fala pública. Toda mudança social requer tempo, dado que cada indivíduo possui, em si, um universo de crenças, valores, percepções de mundo e formas de viver. No entanto, o fato de as mudanças comportamentais serem lentas em sua efetivação não significa que elas sejam

⁹ No original: “What is supported by PC is a politics of difference.” (CHOI E MURPHY, 1992, p.131)

impossíveis de serem realizadas. Expomos aqui um exemplo de transformação comportamental brasileira: até aproximadamente os anos 2000, pode-se dizer que piadas racistas, homofóbicas e machistas eram aceitáveis pela sociedade, sem muitas reações. Porém, tais expressões passaram a ser crescentemente contestadas. Como destaca Scabin (2018), há indicativos empíricos de que, nas últimas décadas do século XX, a questão das identidade transfigurou-se em uma preocupação central da vida social. Conforme ainda aponta a autora, segundo Wilson (1995), o temor perante às mudanças culturais em curso, desde os anos 1960, nos EUA e no mundo, tiveram como consequências os ataques contra o multiculturalismo, as ações afirmativas e o feminismo.

Desde os anos 90, nota-se a intensificação dos conflitos sociais, que passaram a se preocupar com as questões de gênero, raça e sexualidade. Muitas temáticas associadas a essas questões, anteriormente tratadas como da esfera íntima, adquiriram status político, como é o caso da vida familiar, do casamento, das relações sexuais (HALL, 1994; SCABIN 2019). Em uma sociedade eticamente pluralista, determinadas crenças e estilos de vida não devem e nem podem deslegitimar a existência de outras, nem mesmo por meio de piadas. Os termos “vitimismo”, “frescura” ou mesmo “mimimi” são formas de descrédito do sofrimento e da própria existência do outro enquanto sujeito merecedor de respeito. Atualmente, o que vemos, é a deslegitimação do outro como tal; uma indisposição a qualquer regulação discursiva.

Ao partimos da premissa de que discurso é política, à luz da teoria crítica de Habermas e Honneth, olhamos para a linguagem e seu caráter transformador. O linguista Rajagoplan (2000) afirma que os oponentes do comportamento PC se baseiam no que a linguagem é ou não capaz de fazer. Como o termo trata de um discurso metalinguístico, ou seja, um discurso que fala dele próprio, analisaremos proferimentos que falam da própria regulação da linguagem. É a sociedade que se autorregula. Entretanto, obviamente, quando há novo parâmetro para se julgar ofensas extremas, o Estado é convocado a agir através das legislações, por exemplo, as que combatem o racismo e a injúria racial.

Assim, ancorados também nos espectros político-ideológicos, formulamos a segunda hipótese:

H2: Os apoiadores de Jair Bolsonaro irão negar as diferenças, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, reconhecer as diferenças.

5. Procedimentos metodológicos

Os dados da pesquisa correspondem aos comentários e respostas das páginas dos candidatos mencionados durante o período eleitoral oficial, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. Por meio de um *script* elaborado exclusivamente para a pesquisa, foi feito o *web scraping*, ou seja, a raspagem dos dados do Facebook. Um *web scraper* corresponde a uma API (*Application Programming Interface*) ou a uma ferramenta que utiliza os padrões de construção do HTML (*Hypertext Markup Language*) para extração de dados de um ou mais sites. Além disso, pode ser também uma API que consome o banco de dados de um *software* para a extração de dados direto da fonte, sem a necessidade de uma raspagem HTML in situ. Como as páginas da web são criadas para usuários finais humanos, foram criados tais kits de ferramentas que coletam o conteúdo da web. O Facebook, após o incidente com a Cambridge Analytica¹⁰, que usou dados da plataforma durante a propaganda eleitoral de 2016 dos EUA, desativou sua API. Portanto, para cada tipo de raspagem de dados da plataforma, é necessário um *script* diferente. Devido a esse fator, o universo de comentários para a pesquisa representa uma amostra, já que o Facebook não disponibilizou toda a rede de comentários e respostas da época. Assim, chega-se ao banco de dados da pesquisa, que possui, no total, cerca de 3 milhões comentários, e 600 mil respostas.

O primeiro passo para construção da análise é a seleção das palavras-chave específicas. Após uma busca (feita pelo uso da linguagem Python) pelos comentários que citam o politicamente correto e/ou incorreto, fez-se uma leitura flutuante do material com o objetivo de encontrar palavras e termos sinônimos, e, dessa forma, chegamos às seguintes palavras-chave: “mimimi”, “firula”, “frescura”, “vitimização”, “vitimismo”, “discurso bonito”, além de “politicamente correto” e “politicamente incorreto”. O universo total conta com 2.669¹¹ proferimentos, e, a partir da configuração desta amostra, os comentários foram categorizados por um livro de códigos, como demanda a análise de conteúdo (BARDIN, 1994; NEUENDORF, 2002). Para tratar os resultados obtidos, utiliza-se, na pesquisa, o SPSS para a realização de estatísticas descritivas, a partir das tabelas de referências cruzadas.

6. Analisando os dados

6.1 Ataque e defesa à/da regulação discursiva

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/internacional/1521574139_109464.html. Acesso em: 7 nov. 2019.

¹¹ O universo total conta com 2.669 proferimentos, já que também foi feita a raspagem dos comentários na página de Ciro Gomes. Porém, como, neste artigo, focamos apenas em Haddad e Bolsonaro, citamos inicialmente que a amostra possui o valor de 2.609. Nas tabelas, constam os valores em relação ao universo total, de 2.669.

A primeira hipótese propôs que os apoiadores de Jair Bolsonaro sofrerão mais do mal-estar da regulação discursiva, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva.

Começaremos a análise investigando os dados do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. De acordo com a Tabela 1, a nossa hipótese em relação ao presidencialista se confirma, pois, ao nível de 99% de confiança, 44,9% dos seus apoiadores – sujeitos que concordam com seus proferimentos e/ou citam explicitamente seu apoio, por meio de *hashtags* e outros indicadores – sofrem de uma indisposição à regulação discursiva.

TABELA 1
Regulação discursiva X Jair Bolsonaro

			Candidato Jair Bolsonaro			Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	788	122	220	1130
		% do Total	29,60%	4,60%	8,30%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação - ataca a regulação	Contagem	203	37	1196	1436
		% do Total	7,60%	1,40%	44,90%	53,90%
	Defende a regulação	Contagem	18	68	2	88
		% do Total	0,70%	2,60%	0,10%	3,30%
	Misto	Contagem	5	2	5	12
		% do Total	0,20%	0,10%	0,20%	0,50%
Total		Contagem	1014	229	1423	2666
		% do Total	38,00%	8,60%	53,40%	100,00%
Casos omissos: n=3;						
Qui-quadrado de Pearson: Valor 1599,878 ^a ; Significância Assintótica (Bilateral), 000						

FONTE – Elaborada pelas autoras.

Dentro do corpus, 53,9% dos proferimentos foram codificados dentro do mal-estar da regulação discursiva. Isto explicita que o valor de 44,9% (apoiadores de Bolsonaro) corresponde a esta população. Dentre os comentários que se encaixam nesta amostra, as afirmações variam desde argumentos mais simples a argumentações mais complexas. Porém,

o que se percebe é uma exaltação da postura politicamente incorreta de Bolsonaro. O comportamento do candidato do PSL é tratado como motivo de elogio pelo seu público, conforme os comentários¹² a seguir:

Comentário 1: Por esse que eu voto nesse cara... o fato dele não ser politicamente correto é o que mais me atrai, ate mais que o plano de governo. Expõem todo mundo e não tá nem aí!!

Comentário 2: O problema é ele ser autêntico, isso incomoda muito os chamados Politicamente Correto! fala abertamente que todos entendem o recado não tem Mimimi!! Por isso #17neles

Comentário 3: ESSE É O CARA KKK AMOOOOOO...SEM MIMIMI FALA NA LATA.... PARECE CADA UM DE NÓS FALANDO

QUADRO 1- Comentários de apoiadores de Bolsonaro que atacam a regulação discursiva.
FONTE - Elaborado pelas autoras.

Os comentários fazem referência ao fato de Bolsonaro ser autêntico, sincero, espontâneo, “direto e reto”– argumentação que vemos em diversos outros comentários codificados. Em seu texto, Alonso (2019) afirma que Bolsonaro se expressou como um homem comum, e muitos se sentiram representados, “como um espelho de aumento” (p.53), conforme percebemos no comentário 3. Boronas e Ponsoni (2018) examinaram a imagem de “homem do povo” criada pelo ex-deputado, que falava não em nome da população, mas para uma parcela da população e da mesma maneira que milhões de brasileiros. Como o foco dos comentários é enaltecer as atitudes de Bolsonaro, em detrimento de outros interesses (como o plano de governo, conforme o comentário 1), vemos aqui a personalização da política, que segundo Ribeiro e Pozobon (2019), é a forma de tratar o ator político como indivíduo qualquer da sociedade. Além disso, o método o expõe pelo enquadramento de sua vida cotidiana e focaliza nos líderes individuais, e não nas frentes partidárias. Em relação ao candidato Bolsonaro, podemos acrescentar que tal personalização ainda estaria ligada à sua postura explicitamente politicamente incorreta, ou, ainda, como afirmam alguns de seus apoiadores de nosso corpus, à sua postura honesta, verdadeira, franca, livre de “mimimi”, “que fala na lata”.

Bolsonaro, ao mobilizar a cultura do politicamente incorreto, identificada com o antipetismo de classe média, incorporou os valores dessa cultura em seu plano de governo (DI CARLO E KAMRADT, 2018). Os autores também refletem acerca do personalismo que o coloca acima dos partidos e da crise do sistema político, porém, Di Carlo e Kamradt (2018) também afirmam que o candidato não é o responsável pela radicalização da sociedade, mas sim

¹² As identidades dos usuários do Facebook foram ocultadas, a fim de preservar a privacidade.

um produto de tal radicalização. “Ele é porta-voz por ter sido o político mais hábil em verbalizar valores que vão de encontro a essa cultura [do politicamente incorreto].” (ibid, p.69).

A hipótese relativa a Haddad afirma que seus apoiadores irão, em sua maioria, defender a regulação discursiva. Conforme a Tabela 2, chegamos à conclusão de que os defensores de Haddad, em sua maioria (2,6%, com 99% de confiança), publicaram proferimentos que ou não eram relativos à regulação discursiva ou cuja identificação de ataque ou defesa era impossível de ser realizada.

TABELA 2
 Regulação discursiva X Fernando Haddad

			Candidato Fernando Haddad			Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
Regulação discursiva	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	656	403	70	1129
		% do Total	24,60%	15,10%	2,60%	42,40%
	Sofre de uma indisposição à regulação - ataca a regulação	Contagem	886	537	13	1436
		% do Total	33,20%	20,20%	0,50%	53,90%
	Defende a regulação	Contagem	27	0	61	88
		% do Total	1,00%	20,20%	0,50%	53,90%
	Misto	Contagem	5	5	2	12
		% do Total	0,20%	0,20%	0,10%	0,50%
	Total	Contagem	1574	945	146	2665
		% do Total	59,10%	35,50%	5,50%	100,00%
Casos omissos: n=4;						
Qui-quadrado de Pearson: Valor 760,636 ^a ; Significância Assintótica (Bilateral), 000						

FONTE - Elaborado pelas autoras.

Isto significa que a hipótese foi, em parte, refutada. Em parte porque, logo em segundo lugar, com pouca diferença (0,3%) aparecem os defensores de Haddad que defendem a regulação discursiva – totalizando 2,3% do corpus, dentro de 3,3% total que defendem a regulação. Logo, podemos dizer que, dentre os apoiadores de Haddad que se manifestam em

relação ao assunto, há majoritariamente a defesa da regulação discursiva. Como exemplo, citamos os comentários do Quadro 2 abaixo:

Comentário 4: Chamar pauta social de mimimi e vitimismo ofende a democracia! Não deslegitimaram nossas lutas! #Haddad pela democracia!

Comentário 5: Ah, se ele soubesse o que o bullying é capaz de fazer com a vida de uma pessoa. Só quem já viu alguém que ama sofrer por ser considerado diferente, sabe o quanto dói por favor, se vocês tiverem um filho adolescente ou/e gordinho, um amigo negro ou gay, passando por bullying, eu imploro, não cheguem para ele e falem que sofrer por serem desmerecidos é vitimismo. Os tempos mudaram e todo mundo com o mínimo de capacidade cognitiva é capaz de entender isso, se o futuro líder da nossa nação pensa assim, que Deus nos ajude!!! Fiquei muito curiosa para saber como ele pretende acabar com esse 'vitimismo' ? 🤔

QUADRO 2 – Comentários de apoiadores de Haddad que defendem a regulação discursiva.
FONTE - Elaborado pelas autoras.

Enquadramos esses proferimentos enquanto defensores de Haddad porque os comentários apoiam as ideias do candidato explícitas nas publicações. Tais comentários ainda foram codificados como reconhecimento do problema social, ou seja, entendem que há um problema que é de nível público e que não pode ser chamado de vitimismo. Constatamos uma identificação entre a defesa da regulação discursiva e o apoio a Fernando Haddad pelo fato de o candidato ter sempre se pautado pela necessidade da garantia dos direitos humanos. Em sua campanha, ele propôs a implementação de uma conferência nacional popular de DH, com o intuito de incluir e promover os direitos de todos os setores que lutam. Com o argumento da construção de uma democracia mais assertiva, Haddad, em seu plano de governo, afirma o quão estratégico é o combate ao racismo e ao machismo, por exemplo. Sendo assim, é plausível esperar que seus apoiadores também sejam defensores desses direitos. Cabe aqui destacar a visão de Honneth (2009) acerca das lutas sociais. Para o autor, uma luta só pode ser caracterizada como “social” a partir da circunstância em que seus propósitos passam a ir além das intenções individuais, chegando a um patamar de se tornarem a fundamentação de um movimento coletivo. Na dimensão do reconhecimento honnethiana, as lutas e os conflitos históricos podem revelar uma posição na evolução social, desde que se emprenda o processo de assimilação de seus papéis para o estabelecimento de um progresso moral.

Outro dado interessante (e expressivo) de ser analisado é o fato de que 20,2% das pessoas que atacam Fernando Haddad sofrem de uma indisposição à regulação discursiva. Boa parte desse dado se deve às publicações em que Haddad ataca Bolsonaro por chamar de "coitadismo" o preconceito a negros, mulheres, nordestinos e gays. Uma dessas publicações

apresenta o vídeo¹³ de uma entrevista com Jair Bolsonaro, em que o candidato declara que a melhor forma de combater o racismo é não falando sobre o assunto, a ainda completa: “Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso!”

Em relação à proposição de Bolsonaro, Haddad se mostra explicitamente contrário, e os apoiadores de Bolsonaro reagiram a tais publicações:

Comentário 7: Pqp kkkkkkkkkkkkkkkkkkkkk é um vitimismo chega dar nojo.
Comentário 8: Prá mim é frescura mesmo no passado todos nós tínhamos um apelido hoje é bullying
Comentário 9: Apoiado b17chega de frescura
Comentário 10: Também acho frescura um negro um nordestina um gay e tão capaz como qualquer um ...

QUADRO 3 – Comentários de apoiadores de Bolsonaro que atacam o “vitimismo”.

FONTE - Elaborado pelas autoras.

A negação da problemática – apesar de ser um quesito que será discutido mais detalhadamente na hipótese 2 – não pode deixar de ser tratada aqui. Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), o revisionismo histórico bolsonarista é uma cosmovisão compartilhada por seu público de eleitores. “Em um país marcado por uma memória fraca sobre sua história, a atuação política de Bolsonaro fortalece a amnésia coletiva, principalmente em um país sem tradição de museus voltados à representação da violência em sua história (escravidão, ditadura militar etc).” (DI CARLO E KAMRADT, 2018, p.57). Nos comentários, notam-se alguns pontos: a intolerância em relação ao vitimismo, a visão pejorativa sobre a agenda contrária ao *bullying*, e, ainda, a argumentação de que somos todos iguais. Nomear o *bullying*, o preconceito e a violência verbal como vitimismo e frescura é indicativo de falta de disposição para adequar seu discurso em prol da boa convivência com certos grupos que sempre estiveram em posições de julgamento – o *gordo*, o *negro*, o *gay*, a *mulher*, para citar alguns.

Após a análise dos comentários, constatamos que a postura de Jair Bolsonaro, um então deputado federal candidato à Presidência da República, poderia estar avalizando, e estimulando, o mal-estar da regulação discursiva. Bolsonaro não é o único representante político que sofre deste mal-estar, tampouco é o criador do fenômeno, porém, suas posturas incentivam uma parcela da sociedade – que clama por mudanças no Brasil – a se atentarem para a regulação e a proclamarem que estão “cansados do politicamente correto”. Tal fato poderia estar incitando o ataque à Haddad, já que, aliada à pauta que aciona a cultura do politicamente incorreto, estaria, como descreve Di Carlo e Kamradt (2018), o antipetismo.

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=343944809506344>. Acesso em: 20 fev. 2020.

6.2 Negação e reconhecimento das diferenças

Na segunda hipótese do artigo, acreditamos que os apoiadores de Jair Bolsonaro que expressaram alguma reação em relação às diferenças, irão, em sua maioria, negá-las, enquanto os apoiadores de Fernando Haddad irão, majoritariamente, reconhecê-las.

TABELA 3
Problemática X Jair Bolsonaro

			Candidato Jair Bolsonaro			Total	
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa		
Problemática	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	932	188	1077	2197	
		% do Total	35,00%	7,10%	40,40%	82,50%	
	Negação do problema	Contagem	73	5	343	421	
		% do Total	2,70%	0,20%	12,90%	15,80%	
	Reconhecimento do problema	Contagem	4	36	1	41	
		% do Total	0,20%	1,40%	0,00%	1,50%	
	Misto	Contagem	3	0	1	4	
		% do Total	0,10%	0,00%	0,00%	0,20%	
	Total		Contagem	1012	229	1422	2663
			% do Total	38,00%	8,60%	53,40%	100,00%
Casos omissos: n=0;							
Qui-quadrado de Pearson: Valor 485,555 ^a ; Significância Assintótica (Bilateral), 000							

FONTE - Elaborado pelas autoras.

A hipótese, em relação a Bolsonaro, foi confirmada, já que, dentre os apoiadores do candidato que se manifestaram em relação à temática, 12,9% (343 comentários) negaram a problemática. Seguem alguns comentários como exemplos:

Comentário 11: Excelente, esse é o Brasil que queremos! O mimimi só torna as pessoas mais frágeis. O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

Comentário 12: Ele esta certo.. agora tudo é vitimismo, viximos uma era onde as pessoas estão sendo incentivadas a ter pena de si mesmas... a não acreditarem nelas mesmas... O que se tem que ensinar em casa é respeitar as pessoas!

Comentário 13: Ele esta certo. Quanto mais fala pior fica. Pt separou os negros, graças a Deus me livre de pt e de vitimismo

Comentário 14: To com ele... Sou branca e por muitas vezes me chamaram de branquela, coalhada, e nunca achei ruim!!!! Agora o Negro vc chama ele de Negro e racismo, o Gay vc chama ele é preconceito.... Perai??? Mais preconceito do que os próprios aceitando Cotas??? O que define uma vaga seria, o esforço dos estudos, a inteligência e não cor de Pele!!! Minha vó era negra e era racista, os próprios são mais racistas do que qualquer outro!! Hipocrisia pura!!! Vitimismo!!! Eu estou gordinha e se me chamarem no vou achar ruim, porque é verdade, igual uma magra se chamar não tem que achar ruim, porque é magra!!! Pra ser Gay ou Hereto vc não precisa ser indecente!

Comentário 15: Esse negócio de racismo é tudo frescura no meu tempo a gente chamava os colegas de preto , de polaco , de bicha de gordo de seco e tudo não passava de palavras, éramos todos amigos, jogávamos bolas, íamos pro Rio..

QUADRO 4 – Comentários de apoiadores de Bolsonaro que negam as problemáticas.

FONTE - Elaborado pelas autoras.

Os autores dos comentários 11, 12 e 13 apoiam explicitamente as ideias de Bolsonaro. O primeiro deles é uma resposta à publicação de Bolsonaro em que o candidato proclama a necessidade do tratamento igualitário entre as pessoas, e ainda afirma “Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho.” Dizer que “o mimimi só torna as pessoas mais frágeis” - como no comentário 11 - é uma negação de que há um problema real. O “mimimi”, aqui, tem relação com as contestações contra o preconceito, discriminação e exclusão social sofrida por grupos minoritários. Tais reivindicações, conforme o comentário 11, seriam responsáveis pela vulnerabilidade das pessoas. A afirmação, compatível com a aversão à regulação discursiva, nega o fato de que as intolerâncias e exclusões – por vezes mascaradas - veem como frágeis os indivíduos pertencentes a grupos estigmatizados. Em relação ao slogan “Deus acima de tudo. O Brasil acima de todos”, também revisitado pelo comentário 11, apresenta-se, aqui, o pensamento de Alonso (2019) sobre a questão da pátria na propaganda eleitoral bolsonarista, evidenciada como uma forma de negação de classe. “Em vez de estratificação, homogeneidade.” (ibid, p.54). Daí nasce o slogan.

Já os comentários 12 e 13 são relativos à publicação de Haddad em que o petista julga Bolsonaro por alegar que preconceito é “coitadismo”. A “pena de si mesmo”, como diz o comentário 12, seria o reconhecimento de certas consciências sociais e suas respectivas consequências: consciência de classe e desigualdade social; consciência de raça e racismo, por exemplo. A virada conservadora brasileira possui nuances que podem ser embasadas por

diversas justificações: seja pelo fato de sermos, desde sempre, uma nação muito mais excludente do que inclusiva (SCHWARCZ, 2019), seja porque o Brasil tem sua história marcada pelo processo de democratização tardia e ainda vive um pêndulo democrático (AVRITZER, 2019), ou, ainda, devido à experiência circunstancial ao qual está submetido o setor médio da sociedade brasileira. A falta de consciência de classe da classe média (SOUZA, 2017, 2018) molda a esfera pública brasileira de forma a levar ao ocultamento dos conflitos sociais e à dominação e estruturas de poder implícitas.

No comentário 13, o indivíduo se mostra contrário aos mandatos do PT, culpabilizado por “separar os negros”. A oposição às políticas públicas de justiça social implantadas pelos governos petistas é uma das pautas levantadas pelas direitas (SANTOS JUNIOR, 2019; TELLES, 2015), ao alegar que certas agendas petistas foram responsáveis por dividir classes, gêneros e raças.

O comentário 14 também entra para a lista da negação da problemática – e da negação dos problemas identitários, ao distorcer os fatos e argumentar pela crença no chamado “racismo reverso”. O histórico de opressão e violência que exclui a população negra, ao ser transferido discursivamente para a população branca, se apresenta de maneira incoerente.

No proferimento 15, nota-se um saudosismo do passado, por ter sido uma época livre de “frescura”. Segundo os comentários, nos tempos antigos, o discurso era liberado, já que a regulação discursiva, conforme nomeamos no trabalho, ainda não estava em voga. Há alguns anos, não eram pautadas certas questões da fala, porém, hoje, com a ascensão das lutas das pautas identitárias, preocupa-se mais com tais agendas. Vários estudiosos (FREYRE, 1933; HOLANDA, 1936; JÚNIOR, 1942; etc) se debruçaram na construção de uma identidade para o povo brasileiro. Para Schwarcz (2019), a cordialidade do brasileiro descrita por Holanda (1936) se refere a algo que evita as hierarquias para, no silêncio, reafirmá-las. A hospitalidade e a generosidade do brasileiro são virtudes que, conforme interpreta Schwarcz (ibid), não significam apenas boas maneiras ou civilidade, já que são ilusórias na aparência. Os anos de colonização aos quais o Brasil foi submetido, segundo a autora, nos levam a uma reflexão sobre um padrão de comportamento do brasileiro, em relação à negação da violência, da intolerância com o outro, com o diferente, por meio de uma máscara que legitima a dominação, e, por vezes, até a elogia, concomitantemente ao passo que a minimiza. Segundo Schwarcz, nosso país nunca se guiou pela defesa da inclusão de todos, mas, em vez disso, se orientou pela submissão, mesmo que isso custasse a extinção de diversas culturas. Quando a negação não permite a

visibilidade do confronto, ela pode se definir como uma intolerância. No lugar do chamado pela antropóloga de “ritual da tolerância”, passa-se a colocar em prática o oposto: muitos brasileiros optam por destilar suas intolerâncias, sem se preocupar com a definição anteriormente a eles atribuídas, de pacíficos, mesmo que de fachada.

Outra argumentação vista por defensores de Bolsonaro é a de que “somos todos iguais”:

Comentário 16: Menos mimimi nesse Brasil! Menos vitimismo!! Somos todos iguais!! Estamos mais do que nunca unidos por um Brasil melhor! Domingo, #bolsonaro17
Comentário 17: Igualdade para todos! Somos todos iguais perante Deus 😊 sem mimimi
Comentário 18: Ele não quis dizer que preconceito é frescura, ele só acha que preconceito não deve existir. somos todos iguais aos olhos do pai.

QUADRO 5 – Comentários de apoiadores de Bolsonaro que argumentam “somos todos iguais”.
FONTE - Elaborado pelas autoras.

As argumentações trazidas pelos comentários acima, além de negarem as diferenças sociais existentes em um sistema plural, negam também os problemas resultantes não da multiplicidade identitária, mas sim da pluralidade de tratamentos destinados a diferentes indivíduos, e nega a existência de privilégios de classe, raça e gênero. Portanto, implicitamente, há a perspectiva de que não deveria haver políticas específicas para determinados grupos.

Uma questão que pode ser abordada é sobre o revisionismo histórico. Starling (2019) atribui a visibilidade da disputa dos sentidos dos fatos às manifestações de 2013, cujas pautas se baseavam num imaginário conservador regressivo e reacionário, “com disposição para adulterar fatos históricos e adequá-los à sua conveniência ideológica” (ibid, p.342). Em nosso corpus, nos deparamos com alguns comentários revisionistas, que negavam a ditadura, ou mesmo conferiam outro significado ao período pós-64, e ainda que recontam a história da população negra. “Se a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas.” (ibid, p.342). Assim, como explica a autora, a mentira se mistura à democracia até o ponto em que ambas se tornam similares, e, desta forma, atores políticos negam, reescrevem e alteram uma mesma versão dos fatos, procedimento que ocorre no Brasil anteriormente e pós- eleições de 2018.

Abaixo, foram selecionados alguns comentários cuja negação da problemática é uma argumentação acionada pelas pessoas advindas de grupos estigmatizados e apoiadoras de Bolsonaro.

Comentário 19: Tô fazendo campanha de graça porque me identifiquei com você Jair Bolsonaro! Embora tenho sofrido retaliação por ser negra e votar em ti mas não quero carregar nos ombros o peso do vitimismo. Desejo um dia ser conhecida pelo que faço e não pela minha cor 🍷🍷 Brasil de igualdade para todos 🍷🍷 17

Comentário 20: Parabéns, vc é um homossexual inteligente, que se garante e não se vitimiza, que pensa pela nação inteira e não olha só pro seu umbigo, eu tbm sou gay e voto 17, Bolsonaro e mais ninguém é obrigado a gostar de gays, apenas respeita, da mesma forma que nenhum gay é obrigado a gostar de mulher, detesto esses gayzitas que querem privilégios, pq todos somos iguais perante a lei e tem mais, fala pra esses gays idiotas que se acham minorias de puro vitimismo, que minoria não elege presidente, abraço querido!

QUADRO 6 – Comentários de apoiadores de Bolsonaro advindos de grupos estigmatizados.
 FONTE – Elaborado pelas autoras.

Observa-se uma argumentação correspondente à premissa de que ninguém quer ser visto como indivíduo frágil, que necessita de auxílios (estatais ou não) para obter sucesso. O discurso do “eu sou capaz”, ao mesmo tempo que atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo próprio caminho a se tomar, também é um discurso mais sedutor, já que confere ao indivíduo a ideia de engajamento pela própria trajetória. Como aponta Honneth (2009), a condução do mero sofrimento à ação ativa deve ser feita por, de certo modo, um elo psíquico, que informa cognitivamente o sujeito atingido de sua circunstância social. Ainda alinhado à discussão sobre as vítimas que não reconhecem a problemática, o autor afirma que, nem sempre, a injustiça do desrespeito se revela em reações afetivas.

De acordo com a tabela 4, 36 comentários (1,4%) de defensores de Haddad reconhecem as diferenças. Ou seja, dentre as pessoas que se manifestam em relação ao tema, em unanimidade, há o reconhecimento das diferenças.

TABELA 4
 Problemática X Fernando Haddad

			Candidato Fernando Haddad			Total
			Não identificável/ Não se aplica	Ataque	Defesa	
Problemática	Não identificável/ Não se aplica	Contagem	1347	739	110	2196
		% do Total	50,60%	27,80%	4,10%	82,50%
		Contagem				
	Negação do problema	% do Total	219	202	0	421
		Contagem	8,20%	7,60%	0,00%	15,80%
		Contagem				
	Reconhecimento do problema	% do Total	4	1	36	41
		Contagem	0,20%	0,00%	1,40%	1,50%
	Misto	% do Total	3	1	0	4

		0,10%	0,00%	0,00%	0,20%
Total	Contagem	1573	943	146	2662
	% do Total	59,10%	35,40%	5,50%	100,00%
Casos omissos: n=7;					
Qui-quadrado de Pearson: Valor 586,701 ^a ; Significância Assintótica (Bilateral), 000					

FONTE – Elaborado pelas autoras.

Os comentários abaixo correspondem a uma amostra dos proferimentos que entendem os meandros sociais e foram codificados como “reconhecimento do problema” e apoiam Haddad, já que concordam com as premissas do candidato na publicação.

Comentário 21: Mano, o Brasil é um 5 países mais desiguais do mundo. É um dos que mais mata mulheres por conta do machismo porque homem acha que a mulher é só dele, é um dos que mais mata LGBT e negros por causa do preconceito e a intolerância religiosa no país gera uma perseguição doentia por aqueles que seguem outras doutrinas. Eu não consigo lidar com gente que acha que toda essa barbárie desumana do preconceito como um todo é vitimismo de quem sofre e que políticas públicas de inclusão social piora isso tudo. Vai perguntar quem matou a fome do seu filho graças ao Bolsa família, vai perguntar quem morou quase a vida toda em uma casa em condições precárias e teve uma vida melhor depois que ganhou um teto graças ao Minha casa minha vida, vai perguntar ao médico que salvou a sua vida graças ao ProUni que fez com que ele ingressar numa faculdade porque por mais que ele quisesse ser alguém na vida era muito difícil isso acontecer porque na corrida pra ser alguém na vida ele largou na última fila. O que falta pra vocês não é aprender com a história e sim, ter um pouco mais de humildade e entender a dor e sofrimento do seu próximo.

Comentário 22: Olha aqui a nossa frescura <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-a-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>

QUADRO 7 – Comentários de apoiadores de Haddad que reconhecem as problemáticas.

FONTE – Elaborado pelas autoras.

Os comentários acima são exemplos de defesa dos direitos humanos. Para o filósofo Renato Janine Ribeiro (1992), o movimento do PC é resultado da organização de minorias, e ainda afirma que, se o movimento é fraco no Brasil, significa que as minorias no país são pouco organizadas. É válido lembrar que Ribeiro escreveu este texto em 1992, e, hoje, diferentemente do que foi dito, os grupos vulneráveis já se organizam de forma mais sistemática, por meio dos processos de empoderamento, como é o caso, por exemplo, do movimento feminista com a Marcha das Vadias – protesto contra o machismo e sobre a crença da subordinação corporal da mulher; com o movimento #Metoo – contra o assédio sexual e a agressão sexual; com a mobilização sul-americana #NiUnaMenos – contra a relativização da cultura do estupro e da violência contra a mulher, entre outros. A teoria do retrocesso cultural (NORRIS & INGLEHART, 2019) convida-nos a interpretar que a aversão ao politicamente correto, ao incentivar o desrespeito ou mesmo a intolerância a certos grupos, baseia-se na chamada

criminalização dos direitos humanos (FREIRE, 2013; OLIVEIRA, 2013). Como diversos autores apontam a evolução no plano jurídico em relação à promoção dos DH no Brasil sofre com a dicotomia entre o chamado “Brasil legal” do “Brasil real”. Apesar dos inúmeros avanços jurídicos favoráveis aos direitos humanos e de minorias, o país enfrenta desigualdades sociais e econômicas, além de preconceitos e posturas conservadoras, e diversas maneiras de discriminação (OLIVEIRA, 2013). Ademais, para Freire (2013), há uma nítida ligação entre os longos anos de ditadura vividos pelo Brasil e a criação da cultura avessa aos valores humanos. “Negados pelas elites os mesmos [*direitos humanos*] emergem para o século XXI através de lutas que revelam os limites da democracia no Brasil.” (ibid, p.5).

Para nossos propósitos, interessa destacar que, há pouco mais de 130 anos, nossa nação ainda respirava as amarras dos sistema escravagista. Por isso, em uma sociedade como a brasileira, de raiz violenta e autoritária, e ainda hoje desigual, a construção democrática passa por trajetos voláteis, tortuosos e por diversos pontos altos e baixos de inversões antidemocráticas (STARLING, 2019; AVRITZER, 2019). A partir de 2013, conforme descreve Starling (2019), assistimos a um crescimento das tentativas de fraudar a história para torná-la ferramenta de contestação de conflitos políticos, investindo, assim, contra a democracia. As fraudes, as negações do conflito e das diferenças lesionam o estado democrático de direito. E, para Schwarcz (2019), esse processo foi intensificado em 2016, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que, segundo a autora, foi o período onde: “destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações.” (ibid, p.217). Assim sendo, a regulação discursiva, por se tratar de um mecanismo de autorregulação da própria sociedade, pode vir a encetar um novo parâmetro para orientar reformas no campo jurídico.

Considerações finais

Diversos pesquisadores compartilham a visão de que, hoje, o brasileiro não esconde seus posicionamentos intolerantes e politicamente incorretos (RAMOS, 2017; STARLING, 2019; SCHWARZ, 2019, etc.). A partir de nosso estudo, podemos concluir que o ataque à regulação discursiva, apesar de seu caráter sedutor, humorístico e transgressor, possui claras segmentações político-ideológicas. Como há uma perene dificuldade para medir a aversão ao PC numa sociedade complexa, o presente estudo, ao lidar como o período eleitoral brasileiro de 2018, permitiu investigar esta questão num contexto político polarizado. Embora tanto

adeptos de Jair Bolsonaro (ex-PSL) quanto de Fernando Haddad (PT) façam críticas ao PC nos comentários nas respectivas de páginas de Facebook, a negação das diferenças históricas e sociais está fortemente associadas aos primeiros. Nossas análises corroboram a expectativa de que os apoiadores do atual presidente do país, em sua maioria, negam os conflitos e são contrários à regulação discursiva; já os defensores de Haddad reconhecem as problemáticas e defendem a linguagem politicamente correta.

A contestação do PC é danosa não exatamente por contestar as demandas de interlocutores ou por retirar a legitimidade de certas pautas. Quando há negação de problemas coletivos e de desigualdades históricas, este comportamento se torna particularmente corrosivo da cultura democrática por negar pressupostos de uma sociedade eticamente pluralista. Apesar da perspectiva conservadora que dominou as esferas públicas brasileiras nos últimos anos, parece que estamos assistindo a um novo fenômeno. A imagem ressignificada do homem cordial e o esforço de revisionismo histórico, fruto das fraudes dos fatos, aliado ao desconhecimento, por parte dos cidadãos, de certas agendas e certas lutas pode efetivamente ganhar grande repercussão.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: Vários autores, **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11-34.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: Vários autores, **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. p. 11-34.
- AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise (2013-2018). In: AVRITZER et al., **Pensando a Democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: Projeto República, p.17-38, 2019.
- BAPTISTA, Érica. A.; et al. Eleições 2018: a campanha para o cidadão de bem. In: Anpocs, 2018, Caxambú, MG. **Anais...** 42º Encontro Anual Anpocs. MG, 2018. p. 1–26.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. 70ed. Lisboa. 1994. 226 p.
- CHOI, J. M.; MURPHY, J. **The Politics and Philosophy of Political Correctness**. 1. ed. Santa Barbara, CA: Praeger. 1992. vol. 1.
- CHUERI, Juliana. People against the elite? Jair Bolsonaro's presidential campaign. In.: Anpocs, 2018, Caxambú, MG. **Anais...** 42º Encontro Anual Anpocs, Caxambú, MG. 2018. p. 2–26.
- DI CARLO, J.; KAMRADT, J.. “Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira”. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora. v. 13. n. 2. p. 55-72. julho – dezembro, 2018.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: Craig CALHOUN (ed.), **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press. 1992. p. 109-142.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Revista Ecuador Debate**. Quito. 1999. n.46. p.139-173. abril, 1999.

FREIRE, Simone de M., **O Significado Sócio-histórico dos Direitos Humanos, Questão Social e Democracia no Brasil**, CRESS-MG, 2013.

FREIRE, Silene de M. (Org.) **Direitos Humanos Para Quem? Contextos, Contradições e Consensos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda., 1933.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP. 2014.

HALL, Stuart. Some 'Politically Incorrect' Pathways Through PC. S. In: Dunant (ed.), **The War of the Words: The Political Correctness Debate**, p. 164–84, 1994.

HERZOGENRATH-AMELUNG. The new instantaneity: how social media are helping us privilege the (politically) correct over the true. **Media, Culture & Society**. vol. 38(7). p.1080–1089, 2016.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 2. Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio. 1936.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

JÚNIOR, Caio P.. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Colonia. 1942.

OLIVEIRA, Vanessa V. de. **Direitos humanos e suas justificativas na mídia: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3**. Dissertação (mestrado) – UFMG, Fafich, 2013.

MAIA, Rousiley C. M.. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. **Anais...** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. COMPÓS, 2002.

MAIA, Rousiley C. M. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Anais...** do “Comunicação e Política”, do XV Encontro da COMPÓS. 2006.

MIGUEL, Luis F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2018. p.17-26.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. 1ed. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications. 2002.

NEWFIELD, Christopher. What Was Political Correctness? Race, the Right, and Managerial Democracy in the Humanities. **Critical Inquiry**, v.19, n.2, 1993.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. The cultural backlash theory; Eroding the civic culture. In... **Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press. 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem "politicamente correta". In F. Silva & H. Moura (Orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000. pp. 93-102.

RAMOS, Silvana de S.. O politicamente correto e a topologia da exclusão. Revista USP. São Paulo. 2017. n.115. p.41-50. 2017.

RIBEIRO, A. D.; POZOBON, R. O. Eleições 2018: análise das estratégias discursivas dos candidatos à presidência do Brasil no Instagram. In: Pedro Chapaval Pimentel, Ricardo Tesseroli (org.). **O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet**. Londrina : Syntagma Editores. 326, p.2019.

RIBEIRO, R. J. Aqui não tem PC. **Folha de São Paulo**, São Paulo: Folha da Manhã, 29 mar. 1992.

SANTA INÊS, Leonardo; et al. Como a ditadura, a violência e os direitos humanos aparecem na agenda eleitoral de 2018?. **Revista Lumina**. Juiz de Fora: PPGCOM – UFJF. v.13. n.3. p.119-134. 2019.

SANTOS JUNIOR, Marcelo A. dos. **#VaipraCuba!: a gênese das redes de direita no Facebook**. 1.ed. Curitiba: Editora Appris. 2019.

SCABIN, Nara L. C.. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. 1.ed. Curitiba: Appris. 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Emanuel F. da. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, 2019.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: Vários autores, **Democracia em risco? : 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 307-322, 2019

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da escravidão à lava Jato. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Leya. 2017.

STARLING, Heloisa M.. O passado que não passou. In: Vários autores, **Democracia em risco? : 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.337-354, 2019.

STRAUTS, E.; BLANTON, H. That’s not funny: Instrument validation of the concern for political correctness scale. **Personality and Individual Differences**, v. 80, 2015.

TELLES, Helcimara. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? **Interesse Nacional**. n.30. p.28-46. 2015.